

A construção do self e da identidade na ambiência midiaticizada¹

Gioandro Marcus Ferreira²
Juliana Linhares Brant Reis³
Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as implicações dos processos de mediação na formação do self e da identidade, tendo em vista a importância da alteridade na construção de ambos os conceitos. A metodologia foi desenvolvida, inicialmente, a partir de revisão bibliográfica para melhor entender os conceitos e, em seguida, foi feita a análise discursiva em duas páginas do facebook que são administradas por pessoas surdas. Este público nos interessa de modo especial e é o foco da pesquisa. A partir do estudo de microagressões raciais propostos por Tarcízio Silva, identificamos nesta pesquisa as mesmas categorias relacionadas às discriminações vivenciadas por pessoas surdas. Observa-se que é importante entender como a experiência mediada atua no cotidiano dos indivíduos e encontrar formas de construir um acesso mais democrático.

Palavras-chave: mediação; cidadania; algoritmos; identidade; self.

Na medida em que os meios de comunicação se tornam cada vez mais parte do cotidiano dos indivíduos, os discursos midiáticos contribuem também com a formação das identidades. Neste sentido, este artigo tem como objetivo discutir as implicações dos processos de mediação na formação da identidade e do self, tendo em vista a importância da alteridade na construção de ambos os conceitos.

Com o avanço das tecnologias, as sociedades vêm se tornando midiaticizadas, o que contribui com mudanças nas formas de utilização da comunicação como também nos padrões socioculturais, na socialização e nos vínculos afetivos, envolvendo ainda em novas formas de apreender o mundo. No entanto, mesmo diante de sociedades e instituições midiaticizadas, o acesso não é para todos. Da mesma forma, ter acesso aos dispositivos não significa ter domínio sobre seu uso. Algumas comunidades ainda

¹ GP Comunicação para a Cidadania, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Professor orientador da pesquisa. Doutor em Ciências da Informação (Media), professor na Faculdade de Comunicação da UFBA e coordenador do Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD); e-mail: gioandro.ferreira@gmail.com. Bolsista CNPQ (PQ / PDE).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA; pesquisadora do CEPAD; e-mail: julianalinharesb@gmail.com. Bolsista FAPESB.

procuram se apropriar do ciberespaço, mas aquele ambiente não foi pensado para elas e continua não reconhecendo aqueles indivíduos, como é o caso das pessoas surdas, que muitas vezes precisam de recursos de acessibilidade para garantir seu direito à comunicação.

Direito à comunicação é uma condição básica para o exercício da cidadania. Diz respeito ao acesso e à possibilidade de expressar suas opiniões e demandas. Deve garantir a apropriação dos meios de comunicação e das tecnologias, tanto como receptor quanto como produtor de conteúdo. Neste sentido, é importante considerar como os indivíduos atuam na sociedade, visto que essa atuação pode ser transformadora a partir do conhecimento, do direito de se apropriar dos meios e poder expressar suas demandas e opiniões (PERUZZO, 2007; QUEIROZ, et al., 2010).

Os meios de comunicação devem colaborar com o acesso aos direitos humanos, com a promoção da cidadania, dar visibilidade às demandas da sociedade e valorizar as diferentes culturas. Hjarvard (2014) acredita que os meios de comunicação transformam as relações e os comportamentos sociais, contribuindo com o processo civilizatório. O autor considera a mídia como uma instituição social tão importante, que não é possível compreender uma sociedade sem considerar a sua relação com as tecnologias da comunicação, uma vez que elas se integram à vida social, como uma extensão do corpo humano.

Discutir sobre uma sociedade midiaticizada nos faz refletir sobre o que é para todos ou para poucos. Em uma sociedade midiaticizada, todos deveriam estar inseridos no processo, conectados, sendo vistos, ouvidos e representados, se apropriando dos dispositivos. No entanto, não há uma equidade no acesso e alguns discursos permanecem silenciados. Com tantas desigualdades sociais e econômicas, as tecnologias reproduzem essas diferenças. O acesso aos dispositivos e o domínio das tecnologias são desiguais, os recursos disponibilizados não atendem à todos. Em uma sociedade midiaticizada, quem está à margem do processo, está também à margem de bens culturais, do acesso ao conhecimento, da socialização, do direito de exercer sua cidadania.

Em um contexto de construção do conhecimento a partir dos dispositivos tecnológicos, as identidades também são construídas, reconstruídas e compartilhadas na ambiência midiaticizada. A interação cada vez mais mediada influencia tanto na formação da identidade quanto na do self. Ambos os conceitos ajudam na compreensão da nossa

existência, do nosso passado, do que almejamos para o futuro, de nossas visões de mundo, nossas realidades e culturas.

Self e identidade são termos que por vezes se confundem. Tentaremos explicar. Ambos são construções sociais que dependem da interação, da socialização, da realidade e cultura. Ambos também sofrem influência da interação cada vez mais mediada, do espaço e do tempo. A identidade é relacional, social, cultural, marcada pela diferença e pode ser entendida como um processo de construção social (WOODWARD, 2011). Neste sentido, a identidade de uma pessoa surda depende da identidade de uma pessoa ouvinte. Ou ainda: uma pessoa surda que é alfabetizada em Libras depende de outra identidade, como a da pessoa surda alfabetizada em português ou oralizada, que domina a leitura labial ou ainda daquela que usa implante coclear e consegue escutar. A diferença, no entanto, não marca apenas características, ela se sustenta pela exclusão. Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social.

A luta para afirmar diferentes identidades tem causas e consequências materiais e sociais. A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam as operações de incluir e excluir; é sobre quem pertence e quem não pertence. Dizer o que somos significa também dizer o que não somos (WOODWARD, 2011). Essas fronteiras supõem relações de poder, que são demarcadas tanto pela falta de representatividade quanto por formas de exclusão social. A fixação de uma determinada identidade como norma é uma das formas de hierarquização das identidades e das diferenças, e um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta nesse campo. A construção social sobre a deficiência é um fenômeno dado neste universo.

Woodward (2011, p. 34) apresenta um debate sobre “política de identidade”, que se preocupa em “afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política”. Movimentos sociais têm reivindicado esse lugar de ser e estar de cada indivíduo, o direito de construir e exercer sua identidade, de não se manter em posição de submissão. Através da luta e da contestação política, novas identidades estão surgindo em contraponto às identidades que eram construídas historicamente, marcadas de preconceitos e relações de poder.

As identidades “baseadas na raça, no gênero, na sexualidade e na incapacidade física, por exemplo, atravessam o pertencimento de classe” (WOODWARD, 2011, p. 37) e não podem ser reduzidas à essas marcas. A complexidade da sociedade demanda

um olhar com respeito à diversidade e mostra que as características e subjetividades de cada indivíduo extrapolam os estereótipos; e que suas identidades não podem ser limitadas às formas como têm sido representadas. De acordo com Mayer (2018), historicamente as pessoas com deficiência no Brasil e no mundo são estigmatizadas como inferiores e incapazes, o que interfere nas relações interpessoais, gera a exclusão ou marginalização e prejudica a construção de suas identidades, culturas e o desenvolvimento do self.

O self pode ser considerado como a “objetificação do eu” (SOUSA; BRAGA, 2013, p. 3), que é construída na interação mediada. Diante da interação do outro com sua imagem, com você como objeto, o self é construído. Portanto, o self seria a auto-reflexão de sua identidade, apresentada através de uma imagem com o objetivo de receber interações positivas, ou seja, de ser aceito pelo outro. O self depende do seu olhar sobre si a partir da interpretação do outro e do ambiente ou da plataforma utilizada.

Em 1922, Charles Cooley já definia self como um espelho que reflete a imagem que “o indivíduo forma de si ao imaginar o que os outros pensam dele” (GONÇALVES NETO; LIMA, 2017, p. 46). Sousa e Braga nos ajudam a entender a diferença entre os conceitos de self e identidade. Para os autores, “enquanto o self é uma reflexão e uma constatação da própria existência, a identidade atua de modo a conciliar e estabelecer semelhanças e distinções com outras pessoas” (SOUSA; BRAGA, 2013, p 12).

A partir de relações cada vez mais mediadas, passamos a nos ver também de “fora”, como objetos que são rotulados por aqueles que estão nos grupos sociais aos quais pertencemos. Esta perspectiva vai ao encontro de Thompson (2011), que alerta que a evolução dos meios de comunicação teve um profundo impacto no processo de formação do self, a partir das experiências cada vez mais mediadas. De acordo com o autor, self é um projeto simbólico, construído ativamente pelos indivíduos e sofre influência dos meios de comunicação, na medida em que as interações passaram a ser sobretudo mediadas. Diante dos materiais simbólicos a que tem acesso, o indivíduo vai construindo relações e formando sua identidade, que pode ser redefinida ao longo do tempo.

A identidade possui elementos identificadores que situam o sujeito diante das coletividades, ao passo que também marcam uma posição de singularidade em relação aos outros. A identidade é local e depende, portanto, do espaço e do tempo. A partir do

uso e da apropriação cada vez maior das tecnologias, a identidade também passa a depender cada vez mais da ambiência midiaticizada, apesar de ainda ser essencial estabelecer relações interpessoais na ambiência off-line (SOUSA; BRAGA, 2013).

Thompson (2011) chama a atenção para alguns aspectos que ele considera problemáticos quando se trata dessa experiência cada vez mais mediada. Um deles é o fato de que os materiais simbólicos são distribuídos de maneira desigual, já que nem todo mundo tem acesso às mesmas informações. Outra questão seria o viés ideológico das mensagens, que sustentam relações de poder, muitas vezes sem a percepção dos indivíduos. As mensagens podem ser recebidas e introduzidas na vida dos receptores, contribuindo com a formação de um self ideológico, criado a partir de interesses econômicos que fogem do conhecimento dos indivíduos. Uma terceira característica apontada por Thompson é a dependência desses sistemas sobre os quais o indivíduo não tem controle. Quanto maior a influência sobre o self, maior a dependência das experiências mediadas nos projetos de vida. Enfim, para o autor, as experiências vividas continuam sendo fundamentais, mas as mediadas têm assumido um papel cada vez maior no processo de formação da identidade e do self.

A identidade é uma narrativa e pode ser realista ou projetada: essas marcas podem ser expressões reais e estar relacionadas ao que a pessoa é, sente, ao que ela conquistou, se interessa, trabalha; ou podem ainda ser idealizações, projeções de como o sujeito quer ser reconhecido. A identidade, portanto, é produzida e também recebida. Mas para além da dependência da interação mediada e de todas essas estratégias de aceitação, a construção da identidade é caracterizada sobretudo pelos recursos sociais e culturais de que o sujeito dispõe. E esses recursos não são os mesmos para todos, o que reforça as desigualdades sociais e materiais na ambiência midiaticizada (CARDÓN, 2019).

Por um lado, as redes sociais apresentam uma possibilidade de maior democratização da comunicação, ao oferecer mecanismos em que o receptor se torna também um agente ativo na comunicação. Porém, se não há uma igualdade no acesso, se os bens culturais se mantêm distribuídos de forma desigual, as diferenças também persistem, as relações seguem verticalizadas e os discursos continuam como disputa de poder. Isso vai se refletir na construção de identidade e do self, uma vez que algumas pessoas terão condições de apresentar uma identidade digital mais atraente, desde a qualidade das fotos que depende do conhecimento e do acesso à tecnologias mais

avançadas, ao estilo de vida que é mostrado naquele ambiente. Se os discursos são construídos a partir dos materiais simbólicos a que o sujeito tem acesso, a ambiência midiaticizada vai refletir as desigualdades e os preconceitos encontrados na sociedade. Em uma sociedade desigual, onde a ambiência midiaticizada se apresenta como um espaço importante para a construção de mundo e de realidade social, é importante chamar a atenção para os sujeitos cujas identidades são marginalizadas ou estigmatizadas.

De acordo com Hepp (2017), é preciso estar “cognitivamente equipado” para um mundo de “conectividade constante”, onde o eu enfrenta novas pressões para existir no ambiente midiaticizado. A era da mediaticização profunda demanda infraestrutura digital, conhecimento prévio de diferentes assuntos, condições econômicas para aquisição de dispositivos tecnológicos, habilidade técnica e conhecimento sobre as plataformas em que está inserido. O eu está cada vez mais integrado à infraestrutura digital e aos processos de datificação, ainda que os sujeitos não tenham noção disso.

Quando se trata de ciberespaço, mídias sociais, hiperconectividade, é importante considerar a inteligência artificial que orquestra todo esse ambiente midiaticizado: os algoritmos. Para Couldry e Hepp (2017), os dados orientam a interação social e são o caminho para a construção do conhecimento e da realidade. São eles que direcionam o que o indivíduo deve consumir de informação, bem cultural ou material, que indicam qual comportamento deve ser seguido, qual opinião pode ser expressada em público. Isso se reflete no acesso à informação. As plataformas de redes sociais tornaram-se também um canal de informação através do feed de notícias, que permite ao usuário ler sobre assuntos que ele não buscaria em um site tradicional de notícias ou de busca. A problemática que essa questão reverbera é que se estamos seguindo pessoas e páginas que pensam como nós, as mensagens também apresentarão o viés que queremos, restringindo o conteúdo e, portanto, a apreensão de mundo (CARDÓN, 2019).

A dependência da infraestrutura digital e das interações mediadas nesse mundo de conectividade constante reforça a necessidade de existirmos online e, com isso, de criar uma identidade digital, que seria o self. Mas o que o self diz sobre nós? Uma vez que a autoexposição tem o objetivo de que o sujeito seja reconhecido pelos outros, como o self e a identidade podem ser construídos em uma ambiência carregada de viés, de desigualdades, de filtros? Para Cardón (2019, p.113-114), “a identidade digital não pertence inteiramente aos indivíduos. É a consequência do espaço social em que

interagem”. Se esse espaço é organizado pela inteligência artificial, as representações de si tornam-se ainda mais limitadas e homogêneas em relação aos grupos com os quais os indivíduos interagem.

Com a implicação cada vez maior da inteligência artificial nas práticas sociais e institucionais, os algoritmos selecionam e recortam o que cada indivíduo deve ter acesso e ainda com quem cada sujeito deve se relacionar. O conhecimento produzido pelo processamento de dados é desenvolvido a partir dessa seleção, portanto não apresenta neutralidade. Couldry e Hepp (2017) enxergam um potencial de violência no processo que, para eles, é seletivo e discriminatório. Além disso, a realidade social passa a ser organizada por essa lógica sem que os usuários tenham conhecimento disso.

Tarcízio Silva (2020) também reforça que os dados são criados por humanos que deixam suas marcas, seus vieses, suas visões de mundo nos algoritmos. No mesmo sentido, Amoore (2020) destaca que os algoritmos são continuamente atualizados e nessa reescrita os problemas de viés e preconceitos se fortalecem, quando deveriam diminuir. A interpretação e a reconfiguração da mensagem seguem homogeneizando elementos diferentes. Para a autora, a questão fundamental não está em apenas mudar a autoria do código, mas em discutir essa reescrita que vem reproduzindo problemas discriminatórios da sociedade.

Neste debate que reconhece os algoritmos como uma máquina de aprendizagem discriminatória, chama a atenção o fato de as pessoas com deficiência ainda não serem incluídas na discussão. Se a inteligência artificial identifica e categoriza as pessoas em grupos e, assim, procura direcioná-las sobre o que devem consumir, é possível dizer que as pessoas surdas existem para os algoritmos? Se existem, qual visão de mundo é permitida e apresentada para elas?

Ao pesquisar sobre algoritmos e preconceito, encontramos importantes estudos sobre racismo algorítmico, como as pesquisas de Tarcízio Silva, mas não sobre pessoas com deficiência. Se a programação da televisão e da internet não se preocupa com esse público, se “os meios de comunicação agem como se as pessoas com deficiência não existissem todos os dias”, como alerta a pesquisadora Cláudia Werneck⁴, o que pensar sobre a inteligência artificial que seleciona e orienta não só o consumo na internet, como também as relações e práticas sociais? Tudo isso pode influenciar no

⁴ Fala registrada na *live* “Acessibilidade, inclusão e informação jornalística durante a pandemia: onde estamos errando?”, promovida pelo grupo de pesquisa GJOL da Faculdade de Comunicação da UFBA, no dia 24 de julho de 2020.

comportamento e na construção das identidades das pessoas em geral, e sobretudo daquelas com deficiência auditiva, que comumente se encontram à margem dos direitos à comunicação, informação, cultura.

Estas questões passam pela importância do acesso à cidadania como um direito de viver em sociedade e de ter escolhas. Se os algoritmos procuram ditar a vida cotidiana sem que os sujeitos tenham conhecimento sobre isso, e mesmo quando têm conhecimento não sabem como escapar dessa lógica algorítmica, é preciso compreender e discutir a construção de identidades a partir dessas intervenções tecnológicas que são permeadas de viés.

Tarcízio Silva (2020) têm se dedicado aos estudos sobre racismo algorítmico e apresenta alguns conceitos interessantes que se relacionam também com esta pesquisa. O autor analisa discriminações encontradas através da inteligência artificial, que ele denomina de “opressões algorítmicas sutis” (SILVA, 2020, p. 132) e apresenta uma contribuição ao estudo de microagressões digitais. Apesar de seus estudos terem como foco o racismo, os temas abordados pelo autor nessa perspectiva das opressões e microagressões se aproximam do debate desta pesquisa e trouxeram uma perspectiva para a análise dos discursos nas redes sociais sobre as pessoas surdas, suas identidades e modos de vida; bem como os discursos que excluem aquelas pessoas.

O termo microagressões não tenta diminuir as violências, pelo contrário. Ele procura atender às agressões que acontecem na ambiência digital e extrapolam aquele espaço, causando danos morais e físicos, além de reverberar preconceitos sociais, aumentar o discurso de ódio e silenciar populações que já são marginalizadas socialmente. As microagressões podem ser entendidas como discursos preconceituosos em uma ambiência midiaticizada, que se apresentam através de textos, imagens e silenciamentos ou exclusão. Essas ofensas se apresentam ainda através de uma inteligência artificial que é construída por sujeitos que carregam suas visões de mundo marcadas de viés (SILVA, 2020).

Aqui propomos um alargamento da discussão ao acrescentar no debate as microagressões vivenciadas por pessoas com deficiência auditiva, que se encontram à margem da sociedade e de seu direito à comunicação ao serem excluídas das narrativas e invisíveis para os algoritmos. As características das plataformas digitais que criam bolhas, selecionam perfis e conteúdos semelhantes e ignoram a diversidade, reforçam as

microagressões e intensificam seus impactos na vida dos indivíduos que são afetados por serem diferentes do que seria considerado o padrão.

Há ainda uma “opacidade algorítmica” (SILVA, 2020, p. 140) que deixa invisível as minorias e o que pertence a elas. Para além das representações que incluem e excluem, as informações também são moldadas a partir de uma inteligência artificial permeada de viés e são compartilhadas e reconfiguradas por uma sociedade também carregada de preconceitos. Essa invisibilidade pode ser considerada uma forma de microagressão. Se há uma invisibilidade social, essa exclusão irá se refletir nos códigos, na internet, nas interações mediadas.

Nessa perspectiva de opacidade e opressões algorítmicas, Tarcízio Silva (2020) explica que diferentes estudos empíricos identificaram algumas categorias nas pesquisas sobre racismo online, a partir das microagressões raciais encontradas em plataformas digitais. As categorias elencadas são: suposição de criminalidade; negação de realidades raciais; suposição de inferioridade intelectual; patologização de valores culturais; exotização; negação de cidadania; exclusão ou isolamento.

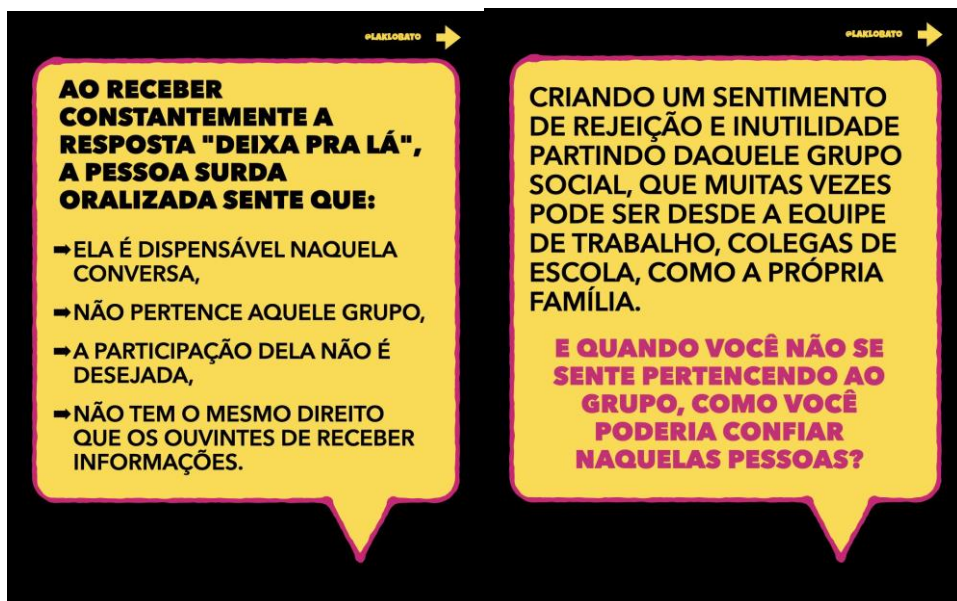
Comparando as categorias com as discriminações online relacionadas às pessoas surdas, encontramos aproximações com: suposição de inferioridade intelectual; negação de realidades; negação de cidadania; exclusão ou isolamento. Percebe-se a suposição de inferioridade intelectual na falta de representatividade nos conteúdos audiovisuais e no silenciamento ao excluir esses indivíduos de discursos. Na programação televisiva, as pessoas com deficiência auditiva não costumam ser entrevistadas nem mesmo no Dia Nacional da Libras. Da mesma forma, não vemos essas pessoas ocupando espaços profissionais dentro dos meios de comunicação, com exceção dos programas que são produzidos especialmente para elas⁵. Ainda na mesma categoria “suposição de inferioridade intelectual”, é comum as pessoas surdas serem excluídas de conversas por considerarem que elas não teriam condições de compreender ou acompanhar o diálogo.

No Facebook encontramos algumas páginas que são administradas por pessoas surdas, com conteúdos sobre as particularidades de quem tem deficiência auditiva. As duas páginas que foram analisadas aqui são: “Desculpe, não ouvi”, de Lak Lobato; e “Crônicas da Surdez, de Paula Pfeifer. Lak Lobato e Paula Pfeifer são escritoras, surdas oralizadas e usuárias de implante coclear. A página “Desculpe, não ouvi” tem 10 mil

⁵ A TV INES era um canal de televisão online com toda a programação acessível em Libras e em português. No canal, bem como no INES (Instituição Nacional de Surdos), muitos profissionais são surdos.

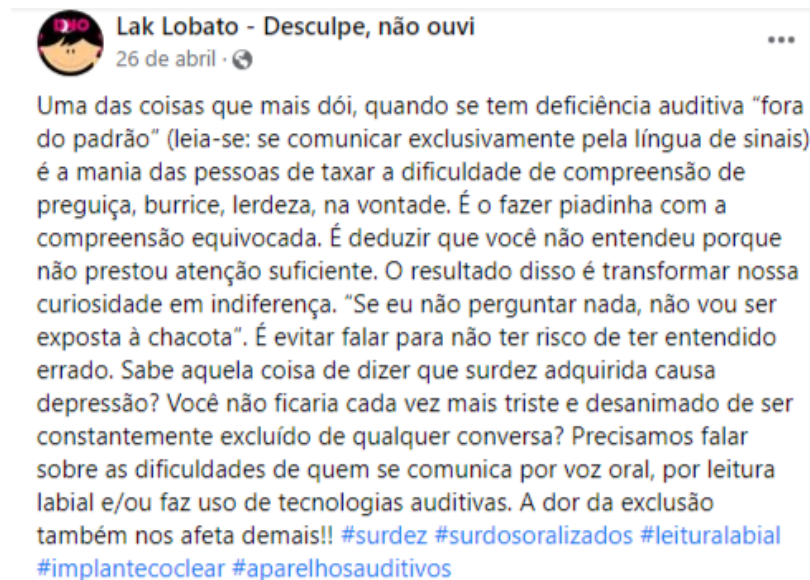
seguidores e a página “Crônicas da Surdez tem 75 mil. Portanto, ambas ocupam um espaço importante como influenciadoras digitais para o público surdo e outros interessados pelo tema.

No post a seguir, publicado no dia 16 de junho de 2023, Lak Lobato comenta sobre o desafio de ser ouvida, sobre como é difícil não compreender uma mensagem e não ser recebida com empatia ao pedir para as pessoas repetirem o que disseram; e como isso impacta na saúde emocional, na socialização e no cotidiano dos surdos.



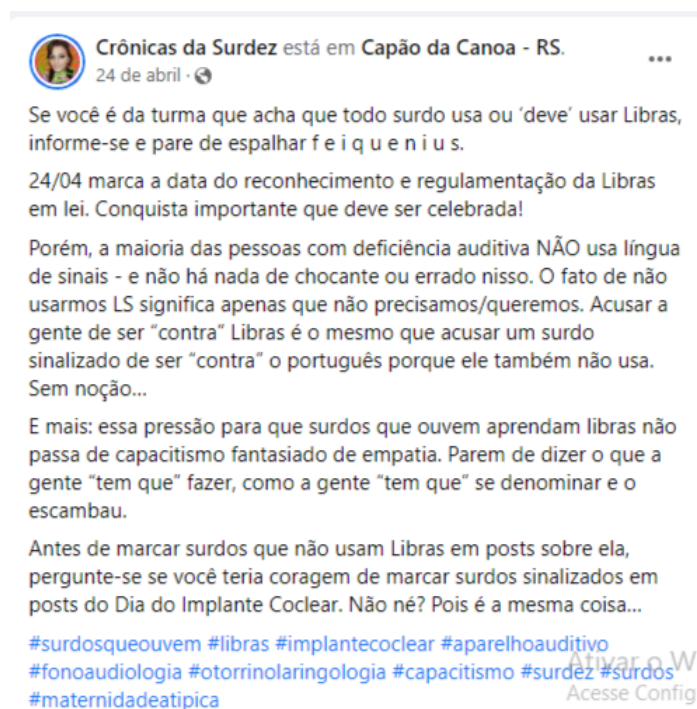


No mesmo sentido, no dia 26 de abril de 2023, ela falou sobre a suposição de inferioridade intelectual que comumente é direcionada às pessoas surdas:



De forma contraditória, a categoria “negação de realidades” aparece comumente ao julgar que as pessoas surdas não precisam de recursos de acessibilidade ou que não são surdas, já que falam. Se por um lado, essas pessoas são vistas como inferiores intelectualmente, poder-se-ia pensar na importância de melhor atender às suas necessidades a fim de garantir uma menor desigualdade social e melhor qualidade de vida. No entanto, um preconceito é acrescido de outro, que nega a realidade de mais de 10 milhões de brasileiros surdos e mantém apagadas as diferentes demandas dessa

população. Ou ainda: sem ouvir essa camada da sociedade, legislações são criadas considerando uma comunidade homogênea, que, pelo senso comum, se comunica através de Libras, não fala e não existe na ambiência digital. No dia 24 de abril, data da regulamentação da Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de expressão e comunicação dos surdos, encontramos um post na página Crônicas da Surdez, de Paula Pfeifer, que vai ao encontro desta discussão:



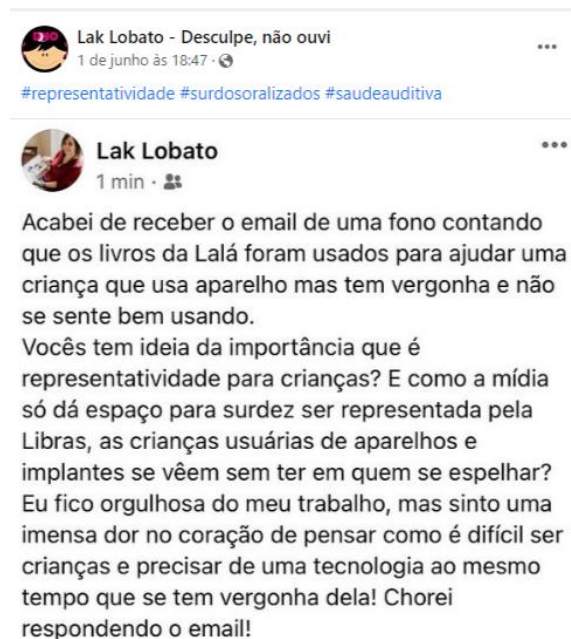
No mesmo post, uma arte apresenta os dados oficiais que indicam a quantidade de pessoas com cinco anos ou mais que sabem usar Libras, mostrando que muitos têm dificuldade com a Língua Brasileira de Sinais. Ainda na mesma mensagem, Paula Pfeifer diz que segundo a OMS, no mundo existem 1,5 bilhão de pessoas com algum grau de surdez, sendo que desses, 30 milhões têm surdez severa e talvez sejam essas pessoas que têm a Libras como primeira língua. Este post teve 172 reações, 17 comentários e 58 compartilhamentos.

Se essas pessoas são invisíveis, suas necessidades não são atendidas, tornando-as ainda mais vulneráveis e distantes de seus direitos. Essa negação de realidades tem consequências ainda na negação de cidadania, outra categoria encontrada aqui. Quando se nega o direito à comunicação, é negado também o direito de exercer a cidadania, de ser ouvido e de se expressar através dos meios de comunicação, de se apropriar dos

dispositivos tecnológicos, de ter garantido o acesso à informação de forma precisa. Além disso, se na ambiência midiática o que não é selecionado não é visto, se a identidade é cada vez mais construída através das experiências mediadas, a quem não é dado o direito de se apropriar e de ser visto, irá se manter silenciado.

As categorias surgem como sequência, já que uma direciona à outra. Em decorrência da negação de cidadania, surge a categoria de exclusão ou isolamento na ausência de uma linguagem acessível, no silenciamento dos algoritmos sobre o tema da inclusão, da igualdade, da diversidade, na falta de representatividade que reforça a invisibilidade de pessoas surdas e de tantas outras.

No dia 01 de junho de 2022, Lak Lobato compartilhou uma experiência que vivenciou com seus livros “Lalá é assim: diferente igual a mim” e “E não é que eu ouvi?”, onde Lalá é uma criança surda usuária de implante coclear. No post ela ressalta a importância da representatividade:



A marcação da diferença é reforçada nos meios de comunicação (antigos e novos), responsáveis pela representatividade e identificação, o que tem reflexo nas práticas e relações sociais. Woodward (2011) ressalta que o papel da representação e da cultura na produção de significados tem implicações na identificação, no sentido da experiência, na compreensão sobre quem somos e quem queremos ser.

Considerando que em todo discurso há uma relação de poder, a construção de sentidos nas práticas e relações sociais, que são cada vez mais mediadas, reforça o poder de definir também quem é incluído e quem é excluído dos discursos e, conseqüentemente, do direito à comunicação, de construir sua identidade e exercer a cidadania. Todo discurso só se completa quando seus significados fazem sentido. Desta forma, os discursos só são eficazes quando posicionam o sujeito como agente comunicador, como parte do processo comunicacional.

Considerações

A partir deste estudo, observa-se que é importante entender como a experiência mediada atua no cotidiano dos indivíduos e encontrar formas de construir um acesso mais democrático, garantindo, assim, a alteridade na construção da identidade e do self. Apesar de estarmos em uma era de mediatização profunda, o acesso não é para todos e é controlado por poucos. Os algoritmos indicam o que os usuários devem consumir, como devem se comportar. Já sabemos que é necessário compreender isso e garantir a diversidade na criação dos códigos. No entanto, é preciso ampliar essa discussão. O estudo de Louise Amoore indica um caminho interessante sobre viés algorítmico, que vai além da autoria dos códigos: para a autora, o problema dos dados se torna maior a partir da sua reconfiguração, que também é discriminatória e fomenta as relações de poder. No mesmo sentido, Thompson já ressaltava a preocupação com o viés das mensagens, que contribui com a formação de um self ideológico, ainda que os receptores acreditem ter autonomia na ambiência mediatizada.

A pesquisa de Tarcízio Silva sobre microagressões, com seus conceitos de opacidade e opressões algorítmicas, também trouxe uma perspectiva de análise para a invisibilidade das pessoas surdas na ambiência mediatizada e como isso pode impactar em suas relações sociais e, conseqüentemente na construção da identidade e do self. Neste debate, encontramos quase todas as categorias de microagressões apresentadas por Silva: suposição de inferioridade intelectual; negação de realidades; negação de cidadania; exclusão ou isolamento. Os temas são comuns na luta das pessoas surdas e possivelmente em tantas outras.

Este estudo mostrou a importância de compreender e discutir a construção de identidades a partir dessas intervenções tecnológicas que são permeadas de viés. Em tempos de mediatização profunda, as diferenças sociais e econômicas são refletidas nas

desigualdades do acesso e, portanto, nas condições de produção, circulação e reconhecimento. Se cada vez mais há uma exigência para que o sujeito exista na ambiência midiaticizada, a identidade e o self são construídos também cada vez mais a partir dessas experiências mediadas e influenciados pelo outro.

REFERÊNCIAS

AMOORE, Louise. **Cloud Ethics: Algorithms and the Attributes of Ourselves and Others**. Duke University Press, Durham and London, 2020.

CARDÓN, Dominique. **Cultura Digital**. Cap. 3. Cultura participativa e redes sociais. p. 89-134. Paris: Presses de Sciences Po, 2019 — (Les Petites Humanités).

COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity, 2017.

GONÇALVES-NETO, José Umbelino; LIMA, Aluísio Ferreira de. Usos e significados de “self” e “identidade” em Mind, Self and Society. **Revista Guillermo de Ockham**, 15(1), 43-50. 2017.

HEPP, Andreas. Self in **The mediated construction of reality**. COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. Cambridge: Polity, 2017.

MAYER, Flávia Affonso. **A importância das coisas que não existem: construção e referenciação de conceitos de cor por pessoas com cegueira congênita**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. Sérgio Amadeu da Silveira (org.). Edições Sesc, 208 p., 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Katryn Woodward. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOUSA, Paulo Victor; BRAGA, Vitor. **Self, identidade, redes sociais: definições e relações entre a psicologia social e a comunicação em tempos de redes sociotécnicas**. ABCiber. 7 Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura. 2013.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis. Ed. Vozes, 12ª edição, 261 p., 2011.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Katryn Woodward. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.